

PESSOA COM DEFICIÊNCIA E OS DESAFIOS E SOLUÇÕES PARA ACESSIBILIDADE

Oliver Daniel Lima Braga¹

Karen Vanessa Nunes Cordeiro e Silva²

Orientadora: Profa. Ana Patrícia Lima Santos³

RESUMO

A acessibilidade visa garantir que todas as pessoas, independente de suas características, possam participar plenamente na sociedade. É essencial para assegurar a inclusão da Pessoa com Deficiência e garantindo a participação efetiva em todas as esferas da sociedade. As temáticas bordadas são: *Pessoa com deficiência física e os desafios e soluções para acessibilidade*, considerando dois pontos inerentes como: *Acessibilidade arquitetônica* e *Acessibilidade metodológica*, nas quais abrangendo a adaptação de espaços físicos, como edifícios e vias públicas em espaços públicos e privados, assim garantindo o acesso e a utilização por todas as pessoas com deficiência, bem como a adaptação e os métodos de ensino para que sejam acessíveis a todos com materiais adaptados e tutor pedagógico, se necessário cuidador. Nosso enfoque será a Deficiência Física – DF. Justifica-se, em razão de que não há acessibilidade em todos os espaços para PcD, na qual diversos setores ainda não possuem infraestrutura adaptada, a exclusão e o preconceito conjuntamente a falta de acesso a informações sobre direitos civis, são alguns dos principais desafios enfrentados por esse público. Portanto, a promoção da acessibilidade exige fiscalização, investimentos e ampliação de políticas públicas inclusivas, tanto no acesso quanto na educação, e metodologicamente a pesquisa foi conduzida por meio de revisão bibliográfica, exploratória e de campo, utilizamos referências de artigos, livros e entre outros como legislações e documentos oficiais, e no percurso uma entrevista com jovens, adultos e idosos sobre os desafios e acessibilidade dos mesmos apontam para o referencial teórico. Os resultados apontam que, apesar dos avanços legislativos, a implementação de políticas públicas voltadas para acessibilidade ainda não são satisfatórios, perpetuando a exclusão. Espera-se que esta pesquisa contribua para o debate sobre a inclusão do deficiente físico, incentivando ações concretas para a construção de uma sociedade mais acessível e com equidade.

Palavras-chave: Acessibilidade, Desafios, Pessoa com deficiência, Equidade.

¹Graduando do curso de Letras da Universidade Estadual do Maranhão UEMA - MA, daniellimabr145@email.com;

²Graduanda do curso de Matemática da Universidade Estadual do Maranhão UEMA - MA, kvanessa.silva07@gmail.com;

³Graduada pelo curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão UEMA- MA, Graduada em Ciências Habilitação em Matemática pela Universidade Estadual do Maranhão UEMA - MA, Esp. em Matemática e Estatística pela Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia FADESA - PA, Esp. em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Metropolitana EAD - SP, Esp. em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Metropolitana EAD - SP, ana.santos88@prof.edu.ma.gov.br;



1. INTRODUÇÃO

A acessibilidade visa garantir que todas as pessoas, independente de suas características, possam participar plenamente da sociedade. É essencial para assegurar a inclusão da pessoa com deficiência e garantindo a participação efetiva em todas as esferas da sociedade. Dessa forma, a temática bordada busca analisar os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência, dando ênfase a deficiência física, e conjuntamente a solução para a acessibilidade arquitetônica e acessibilidade metodológica, independente de suas características, tenham acesso seguro, e assegurar a inclusão. Ainda persistem muitas barreiras, dificultando o acesso dessas pessoas a espaços públicos e privados, bem com as oportunidades educacionais e trabalhistas.

Metodologicamente a pesquisa foi conduzida por meio de revisão bibliográfica, exploratória e de pesquisa de campo, utilizamos referencias de artigos, livros e entre outros como legislações e documentos oficiais, e no percurso uma entrevista com jovens, adultos e idosos, e de idades entre 15 anos a 88 anos, com escolaridade que vai desde os ensinos, fundamental incompleto, médio, técnico e superior incompleto, abordando a inclusão e acessibilidade dos mesmos.

Justifica-se em razão da qual diversos setores não existem infraestrutura adaptada para incluir este público, a exclusão e o preconceito, outro ponto importante é a falta de informação sobre seus direitos, são alguns dos principais desafios enfrentados por esse público, diante disso propõe as seguintes questões norteadoras: A pessoa com deficiência quais os desafios e soluções enfrentadas por este público? A inclusão social, a promoção e igualdade de oportunidades, perpassam o mesmo caminho, bem como as estruturas físicas e acadêmicas estão adequadas para atender às necessidades específicas das PcD's ?

Objetivando analisar a adequação da acessibilidade arquitetônica e metodológica, bem como as condições necessárias para que as pessoas com deficiência física possam viver de forma independente, e avaliar a inclusão social e a equidade, promovendo a igualdade de oportunidades, e compreender as condições que possibilitam sua autonomia.

Os resultados indicam que, apesar dos avanços legislativos, a implementação de políticas públicas voltadas para acessibilidade, ainda perdura a exclusão de PcD's, tanto no acesso arquitetônico quanto no acesso metodológico. No entanto, apesar dos avanços normativos, a efetivação desses direitos ainda enfrenta desafios devido à falta de acessibilidade, preconceito e ausência de políticas eficazes de inclusão. O incentivo ações concretas para a construção de uma sociedade mais acessível e com equidade, independente de idade, escolaridade ou condição social das pessoas com deficiência, são insuficientes.



2. METODOLOGIA

O presente estudo fundamenta-se nos desafios e soluções para a acessibilidade arquitetônica e metodológica, com o foco em pessoas com deficiência, principalmente física. A fim de alcançar os objetivos propostos, a pesquisa foi conduzida por meio de revisão bibliográfica, de campo e exploratória, utilizando livros, legislações e documentos oficiais, no percurso uma entrevista com jovens, adultos e idosos.

Referente aos entrevistados, foram realizadas com PcD's, nas quais haviam também Pessoas com Deficiências Múltiplas, entre Físicas e Intelectuais. As entrevistas ocorreram de várias formas, como: presencial com transcrição, *online*, com áudios pelo *WhatsApp*, devido a mobilidade e acessibilidade de cada um dos entrevistados.

As entrevistas foram concedidas informalmente, em março de 2025, com um público diversificado e com escolaridades desde o ensino fundamental menor incompleto, quanto ensino médio, técnico até o nível de superior incompleto, nas idades entre 16 anos a 88 anos, ocorrido a entrevista na cidade Balsas – MA, enfatizando a inclusão e acessibilidade, tanto arquitetônica quanto metodológica dos mesmos.

Nos procedimentos, foram orientados na busca de compreender os aspectos qualitativos da inclusão em diferentes contextos na sociedade. Conforme Minayo (2013), a abordagem permite captar significados, interpretar fenômenos sociais e compreender subjetividades, tornando-se ideal para investigações que envolvem grupos vulneráveis e questões relacionadas aos direitos humanos.

Além disso, trata-se de uma bibliografia é descritiva, pois se propõe a registrar, analisar e interpretar fenômenos sem interferir diretamente nos fatos estudados (Gil, 2019). Dessa forma, busca-se descrever a realidade da acessibilidade para a pessoa com deficiência física, para isto, identificando barreiras e apontando caminhos para superá-las.

3. OS DESAFIOS E SOLUÇÕES ENFRENTADOS PELAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A pessoa com deficiência física e a inclusão social, podem representar um obstáculo significativo para a realização de atividades cotidianas, principalmente quando não há estrutura adequada para garantir a mobilidade e a comunicação dessas pessoas.

Segundo Sassaki (2003), a inclusão deve ir além do simples acesso, garantindo que as pessoas com deficiência-PcD's possam exercer sua cidadania com independência e segurança.

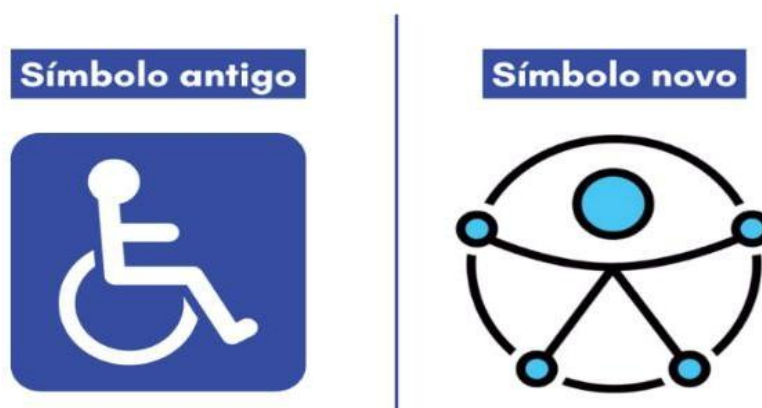


No Brasil, o conceito de inclusão social tem sido fortalecido por meio de legislações e políticas públicas que buscam eliminar barreiras e promover a acessibilidade. A acessibilidade é um fator determinante para a inclusão e a dignidade das PcD's. A Constituição Federal de 1988 – CF/88 e o Estatuto da Pessoa com Deficiência Lei n. 13.146/2015, estabelecem diretrizes para a eliminação de barreiras e garantir os direitos e oportunidades. No caso das pessoas com deficiências isso significa desenvolver políticas e práticas que garantam acessibilidade física e digital, como oportunidades educacionais e empregabilidade adequada de acordo com a Lei de Cotas de Lei n. 8.213/1991 e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

Embora a legislação nacional estabeleça diretrizes claras para a eliminação de barreiras arquitetônicas, como a Lei de Acessibilidade de n. 10.098 de 2000, no tocante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, n. 9.394/96, no cap. III, art. 4º, inciso III, afirma que é dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.

O Senado aprovou o projeto que substitui o Símbolo Internacional de Acesso pelo Símbolo Internacional de Acessibilidade, na qual obriga o uso do símbolo em faixas de circulação, em pisos táteis direcionais e de alerta e em mapas ou maquetes táteis.

Figura: Símbolo Internacional de Acessibilidade



Fonte: Agência Senado

O símbolo, criado em 2015 pela ONU, procura englobar todos os tipos de deficiência e acessibilidade. Visto que o novo símbolo, além de promover a inclusão de pessoas com impedimento físico, inclui aqueles com deficiências mental, intelectual ou sensorial.

De acordo com Sassaki (2003), a inclusão não deve ser confundida com integração. A inclusão pressupõe modificações estruturais e de atitude na sociedade, para que todos tenham



acesso igualitário a espaços, recursos e serviços.

“No tocante ao entrevistado, na qual afirma que, me sinto deslocado por não haver acessibilidade nas vias públicas por falta de segurança e suporte necessário para o tráfego, a necessidade de informação com placas, calçadas adaptadas com padronização e a empata dos motoristas, devido a falta de paciência com PcD’s”. (2025).

É necessário a utilização de cadeiras de rodas adaptadas, quadras com piso acessível, rampas com suporte para segurança e outros equipamentos que facilitem a participação dos alunos com deficiência.

Como enfatiza Diniz (2007), a equidade implica considerar que diferentes grupos sociais possuem necessidades específicas e, portanto, exigem abordagens diferenciadas para garantir que tenham acesso real aos seus direitos. Para pessoas com deficiência, isso significa adaptações em infraestrutura, comunicação e no mercado de trabalho, além da eliminação de preconceitos e estereótipos.

A autonomia das pessoas com deficiência está diretamente ligada ao acesso. Como aponta Lima (2019), que a acessibilidade deve abranger diferentes dimensões, incluindo o alcance arquitetônica, digital, educacional e atitudinal. Espaços para lazer, com uma quadra poliesportiva para a inclusão. A falta de acesso físico em espaços públicos e privados, por exemplo, compromete a independência dos mesmos, tornando-os dependentes de terceiros para realizar tarefas simples do cotidiano.

Conforme entrevistas (2025), enfatiza que:

“Mesmo com o acesso a alguns lugares, ainda sim, há falta de estrutura adequada para ter acesso a todos os ambientes, como por exemplo, rampas mal estruturadas e com inclinação inadequada, bem como a falta de suporte necessário como as barras de suporte, para o apoio e segurança, a falta dessas estruturas podendo causar acidentes”.

Outro fator essencial para a autonomia é a acessibilidade digital. Em um mundo cada vez mais informatizado, o acesso a plataformas online, serviços bancários, compras e comunicação digital são fundamentais para a participação ativa na sociedade. No entanto, para Araújo (2020), muitas plataformas ainda apresentam barreiras para as pessoas com deficiência, como a ausência de leitores de tela compatíveis, legendagem para vídeos ou a falta de transparência textuais para imagens.

No que concerne o entrevistado (2025).

“As universidades tanto públicas quanto privadas, são acessíveis com rampas, e banheiros e pega mão e sinalizações. São materiais de modo convencional adaptados para todos os educandos com ou sem deficiência. Os laboratórios de ciências e informática também são de modo convencional. Pela minha qualificação da minha deficiência não precisa de tutor ou cuidador. Mas, sempre é bom ter um orientador para voltar a estudar que as vezes é tudo novo”.

Esses obstáculos limitam a independência e reforçam a exclusão social. Segundo Maciel



(2000). A percepção social sobre a deficiência ainda é repleta de estereótipos que associam à incapacidade, ou seja o capacitismo. Essa visão limitada dificulta a contratação e a progressão profissional dessas pessoas, restringindo seu desenvolvimento profissional, bem como a participação na sociedade.

No entanto, há avanços significativos na promoção da inclusão profissional. Através de iniciativas como a criação de programas de qualificação para PcD's e o desenvolvimento de

tecnologias assistivas ampliadas têm as possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Como observa Barbosa (2015), tecnologias como softwares de acesso, próteses avançadas e adaptações ergonômicas nos locais de trabalho desempenham um papel fundamental para garantir a produtividade e independência dos profissionais com deficiência tanto física com intelectual. A autonomia é um aspecto central da inclusão social das PcD's, pois está diretamente ligada à capacidade de realizar atividades diárias sem depender de terceiros.

Conforme Araújo (2020), a autonomia está condicionada à acessibilidade e à oferta de suporte adequado, como adaptações arquitetônicas, transporte acessível e tecnologias assistivas. Sem esses recursos, eles enfrentam dificuldades para exercer sua independência, o que pode levar ao isolamento social e à dependência excessiva de familiares ou cuidadores, é um dos desafios contemporâneos para garantir a autonomia.

No âmbito da segurança, a falta de infraestrutura adaptada em espaços públicos e privados também representa um risco significativo. Segundo Pereira (2018), a ausência de rampas, calçadas acessíveis, sinalização tátil e banheiros adaptados comprometem a locomoção e aumentam o risco de acidentes.

Entrevistados (2025), diz respeito aos ambientes:

“Em ambientes públicos nem todos os lugares são acessíveis, às vezes falta de rampas e banheiros adequados, mas já tem alguns lugares públicos que tem tudo isso. Nos lugares privados ainda são bem questionados por falta de pessoas para frequentar os lugares, por isso ainda os lugares privados ainda deixam a desejar como rampas e banheiros próprios. Bom eu mesmo não sou muito de sair, mas os lugares que sou convidada sempre procuro pesquisar sobre a acessibilidade do local como rampas e banheiros pra mim isso é o básico. Em Balsas falta, mas é as pessoas PcD's começar a frequentar os locais para poder reivindicar acessibilidade”.

Estas falhas estruturais não apenas dificultam a mobilidade, mas também restringem o acesso dessas pessoas ao lazer, à cultura e ao mercado de trabalho. Pereira (2018) aponta que um dos principais obstáculos para a inclusão profissional de PcD's é a resistência das empresas em adaptar seus espaços e processos produtivos.



4. PROMOÇÃO E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

A igualdade de oportunidades é um princípio fundamental para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva. No caso das Pessoas com Deficiência Física - DF, essa igualdade deve ser garantida por meio de políticas públicas, legislações específicas e práticas sociais que eliminem barreiras e promovam a equidade no acesso à educação, ao mercado de trabalho, à cultura e a outros espaços sociais.

“O preconceito ainda impera na sociedade brasileira, a falta de informação é um dos principais fatores que traz uma ideia falsa a respeito das PcD’s, levantando a ideia de capacitismo, ou seja, de incapacidade realizar atividades”. (Entrevistado, 2025)

O conceito de igualdade de oportunidades se diferencia da mera igualdade formal, pois permite que grupos historicamente marginalizados apresentem medidas específicas para superar desigualdades estruturais.

Conforme o Entrevistado, 2025, referente ao preconceito:

“Sim, é uma barreira a ser quebrada é a do preconceito, essa luta ainda vamos vencer. Mas, hoje em dia está cada vez menor a proporção, em se tratando de outrora, porém é por meio das mídias digitais que chegam as informações acerca de leis sobre preconceito com pessoas com deficiência, o preconceito é uma questão bem difícil de falar. As vezes o capacitismo vem da própria família, a forma de tratar a pessoa como incapaz, No entanto, muitas pessoas com deficiências, terem uma vida independente e ocupar cargos e empregos que para muitos são desejáveis”.

O envolvimento da sociedade na luta pela inclusão deve ser ampliado, promovendo mudanças culturais e retardando o capacitismo ainda presente em diversos setores. Conforme explica Sassaki (2003), a inclusão só ocorre quando a sociedade não apenas permite a participação, mas cria condições concretas para que essa participação seja efetiva e significativa.

A educação é um dos pilares centrais para a promoção da igualdade de oportunidades. O acesso a uma educação de qualidade é essencial para o desenvolvimento pessoal e profissional, permitindo sua inserção na sociedade e no mercado de trabalho. A CF/88 assegura, no art. 208, o direito à educação para todas as pessoas, incluindo atendimento educacional especializado para estes estudantes, preferencialmente na rede regular de ensino.

No entanto, a implementação desse direito ainda encontra desafios. Segundo muitos estudantes com deficiência enfrentam barreiras físicas, pedagógicas e atitudes nas escolas, o que compromete sua permanência e aprendizagem. A falta de professores capacitados para lidar com as necessidades educacionais específicas dos estudantes, com a presença de cuidador e/ou tutor pedagógico se necessário para o acompanhamento acadêmico e para acessibilidade os espaços escolar.



De acordo com entrevistado, 2025, afirma que:

“Meu ponto de vista é, que poderia ser bem melhor, se as políticas públicas dessem mais atenção para os públicos PcD’s, capacitando afim de incentivar a ter uma vida com trabalho e estudo e com formação em cursos na qual poderia ocupar vagas onde são destinados, mas, que nunca ocupadas”.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, estabelece que as escolas devem garantir acessibilidade e adaptações curriculares para atender alunos com deficiência. Contudo, estudos indicam que a realidade ainda está distante desse ideal, em virtude de muitas instituições de ensino não possuem recursos adequados, como materiais adaptados, tecnologias assistivas, entre outras ações que faltam, assim, dificultando a inclusão efetiva desses estudantes. No tocante a educação e acesso aos materiais pedagógicos:

Conforme entrevistado, 2025.

“Sim, tenho acesso aos materiais pedagógicos, com adaptações necessárias para uma aprendizagem significativa. Em relação aos laboratórios não tenho acesso. Porém, tenho uma Tutora Pedagógica que me auxilia também como Cuidadora quando necessário”.

Para promover a igualdade de oportunidades na educação, é necessário investir em formação continuada de professores, adaptação curricular e infraestrutura acessível. Além disso, as políticas públicas devem garantir que os PcD’s tenham acesso a materiais didáticos inclusivos e a metodologias pedagógicas que respeitem suas especificidades. Muitas instituições de ensino ainda não oferecem suporte adequado para atender essa demanda que cada vez mais está presente em todas as áreas de sociedade.

Entrevista concedida em 2025.

“A dificuldade hoje está que muitos deficientes que se encontram em áreas rurais, e outros não querem voltar a estudar, sendo que parte são analfabetos, isso traz consequências para o futuro, pois a falta de conhecimentos básicos vai impedir de desfrutar de seus direitos”.

Para Gonçalves (2024), em relação a escolarização, aponta que a falta de infraestrutura adaptada, a ausência de materiais didáticos acessíveis e a escassez de profissionais capacitados são barreiras que dificultam a permanência de PcD na educação básica. Segundo Lima (2019), um dos principais desafios é o despreparo das empresas para receber trabalhadores com deficiência.

Muitas organizações cumprem a Lei de Cotas n. 8.213/91, apenas formalmente, sem oferecer condições adequadas para que esses funcionários desenvolvam suas funções com autonomia.

“Todas as pessoas com deficiência sabem o seu grau de incapacidade, mas, eles sabem



também, que são capazes. Ao longo dos tempos vêm sendo bem marcante a presença de pessoas com deficiência no cenário trabalhista, mostrando sua capacidade. Mas muitos ainda tem a desconfiança de ser incapacidade”. (Entrevista, 2025)

Há um descompasso entre as vagas oferecidas e a qualificação profissional das PcD's, uma vez que muitas dificuldades enfrentam no acesso à educação e à formação técnica. Para promover a igualdade de oportunidades no ambiente digital, é fundamental que as empresas de tecnologia adotem políticas de acessibilidade em seus produtos e serviços, garantindo que possam participar ativamente da economia, inclusão digital da sociedade da informação.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar os desafios e as soluções para a acessibilidade arquitetônica e metodológica, dando enfoque a pessoas com deficiência física, promovendo a equidade e a inclusão social. Os resultados foram obtidos a partir de uma entrevista os jovens, adultos e idosos. A partir da análise da literatura, foram identificados três eixos centrais que impactam diretamente a autonomia e a participação da pessoa com deficiência física na sociedade.

A respeito das barreiras na acessibilidade arquitetônica continuam sendo um dos principais desafios enfrentados por este público. No entanto, muitos espaços urbanos e edifícios ainda não oferecem condições adequadas para o acesso a PcD. (Gonçalves, 2024). Além da infraestrutura urbana, o acesso em prédios públicos e privados é sua importância exercer esses direitos garantidos por lei. Segundo Sasaki (2003), a falta de fiscalização contribui para que muitas construções desrespeitem as normas de acessibilidade, limitando o acesso a serviços essenciais como saúde, educação e lazer.

Referente as barreiras na acessibilidade acadêmica, ou seja, as desigualdades na inclusão educacional, que atinge principalmente as pessoas com deficiência, principalmente física, que ainda enfrentam grandes desafios na sociedade. Embora existam políticas que garantam o direito à educação inclusiva, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Para reverter esse cenário, segundo Barbosa (2015) sugere que é necessário fortalecer programas de capacitação profissional específicos para PcD, além de estimular empresas a adotarem práticas inclusivas, como adaptações ergonômicas e treinamentos para gestores e colaboradores.

Apesar das barreiras existentes, o Brasil tem avançado na promoção da inclusão de PcD em diferentes esferas da sociedade. A ampliação do debate sobre acessibilidade,



impulsionada por movimentos sociais e organizações da sociedade civil, tem contribuído para a implementação de políticas mais eficazes.

A adoção de novas tecnologias assistivas e a popularização do teletrabalho também representam oportunidades para PcD conquistarem independência e participação no mercado de trabalho. Além disso, iniciativas como o aumento da fiscalização das normas de acessibilidade e o incentivo à acessibilidade digital podem contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva (Diniz, 2007).

Para que esses avanços se consolidem, é essencial que a acessibilidade seja tratada como um direito fundamental e não como uma concessão. O fortalecimento da legislação, a conscientização da sociedade e o comprometimento das instituições públicas e privadas são aspectos essenciais para garantir a plena inclusão na sociedade.

A superação dessas barreiras exige um esforço conjunto entre governo, setor privado e sociedade civil, e medidas como a adaptação de espaços urbanos, a implementação de tecnologias assistivas e o fortalecimento da fiscalização de normas de acessibilidade são fundamentais para garantir que as PcD's principalmente as pessoas com deficiência física, os mesmos possam exercer sua cidadania com autonomia e dignidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão da Pessoa com Deficiência, principalmente a física, no contexto social, educacional e profissional representam um dos grandes desafios mais significativos para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Embora a legislação brasileira tenha avançada na proteção dos direitos das PcD's, sua implementação ainda precisa ser fortalecida ainda é falha em diversos aspectos, o que mantém a margem de oportunidades que são essenciais para seu desenvolvimento pessoal e profissional.

A falta de infraestrutura acessível em espaços urbanos, transportes públicos e edifícios públicos e privados continua sendo uma entrada significativa. Faz-se necessário adaptação das calçadas mais largas com suporte para apoio, com rampas com inclinação favorável sem obstáculos, e placas sinalizadoras.

Outro ponto inerente é a ausência de fiscalização eficiente resulta na manutenção de barreiras físicas que limitam a mobilidade e a independência dos mesmos. Isso evidencia a necessidade de uma atuação mais incisiva do poder público e da sociedade na exigência do cumprimento das normas de acessibilidade.



Além das barreiras físicas, uma análise demonstrou que a acessibilidade acadêmica é um desafio que ainda precisa ser superado. No âmbito da educação, constatou-se que diversas instituições ainda não oferecem suporte adequado para as PcD's, seja por falta de infraestrutura acessível, materiais didáticos adaptados ou formação adequada de professores e/ou um tutor para acompanhamento pedagógico. Esse déficit educacional impacta diretamente a empregabilidade dos mesmos, que enfrentam dificuldades para acesso de oportunidades ao mercado de trabalho.

Além disso, investir na formação de profissionais da educação é essencial para garantir um ensino inclusivo e adaptado às necessidades educacionais dos mesmos, com todo suporte necessário para aprendizagem e permanência no ambiente escolar. Outra medida necessária é a ampliação de programas de qualificação profissional, garantindo que as PcD's tenham acesso a cursos e treinamentos que possibilitem sua inserção no mercado de trabalho e sua independência financeira.

Os resultados obtidos evidenciam que a acessibilidade ainda é um desafio significativo na sociedade brasileira. Embora existam legislações que asseguram os direitos das pessoas com deficiências, sua implementação ainda não satisfatória em diversos aspectos, resultando na exclusão desses grupos em áreas essenciais como mobilidade, educação e trabalho, independente da idade, escolaridade e condição social, a exclusão é a mesma. Entretanto, a inclusão não deve ser vista apenas como um compromisso legal, mas como um cidadão com direitos e deveres legais, com responsabilidade social que beneficia toda sociedade.

Dessa forma, esperamos que estas informações adquiridas contribuam para o debate sobre acessibilidade e inclusão, incentivando novos estudos e ações concretas voltadas para a construção de um país equiparativo, que neste contexto, vai além da igualdade de direitos.

REFERÊNCIAS

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed., São Paulo: Atlas, 2019.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br › constituicao>. Acesso em: 29/04/2025.



BRASIL. Comitê de Ajudas Técnicas – Tecnologia assistiva. Brasília: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2009. BARBOSA, Luciana. **Tecnologia assistiva e inclusão profissional de pessoas com deficiência**. Brasília: Instituto de Inclusão Social, 2015.

PEREIRA, Livia Barbosa. **Lei de Cotas e o mercado de trabalho para pessoas com deficiência**. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

BRASIL. **Senado aprova novo símbolo internacional de acessibilidade**. Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/04/29/senado-aprova-novo-simbolo-internacional-de-acessibilidade>. Acesso em: 29/04/2025.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 17/06/25.

GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha. **Escolarização de alunos com deficiência na educação de jovens e adultos: uma análise dos indicadores educacionais brasileiros**. 2024.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense; 2007. Col. Primeiros Passos, p. 324.

LIMA, Rafael. **Acessibilidade universal: políticas públicas e desafios na inclusão social**. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

ARAÚJO, Fábio. **Acessibilidade digital: desafios e perspectivas para a inclusão de PcD's na era digital**. São Paulo: Pioneira, 2020.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. **Portadores de deficiência: a questão da inclusão social**. São Paulo em Perspectiva, v. 14, p. 51-56, 2000.

BARBOSA, Luciana. **Tecnologia assistiva e inclusão profissional de pessoas com deficiência**. Brasília: Instituto de Inclusão Social, 2015.

PEREIRA, Livia Barbosa. **Lei de Cotas e o mercado de trabalho para pessoas com deficiência**. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

BRASIL. **Senado aprova novo símbolo internacional de acessibilidade**. Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/04/29/senado-aprova-novo-simbolo-internacional-de-acessibilidade>. Acesso em: 29/04/2025.

